



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

PRÁTICAS LABORAIS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA

Ma. do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, UFAM, socorro.chaves@outlook.pt
Thamirys Souza e Silva, thamyassocial@gmail.com
Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento,
PPGSS-UFAM, camilanasimento.seso@gmail

Resumo

Este estudo relata um conjunto de práticas sustentáveis de trabalho realizada pelos povos tradicionais no manejo dos recursos naturais na Amazônia. Para identificar as referidas práticas foram adotadas as referências elaboradas por Sachs (1986) que delimita um conjunto de pilares de sustentabilidade. O estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada e participante, cujos procedimentos de coleta de dados foram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com utilização de técnicas e instrumentos de abordagem grupal (grupo focal, memória coletiva) e individual (entrevistas, visitas domiciliares e aos espaços produtivos), que foi efetivada junto a 50 comunidades em 10 municípios do Estado do Amazonas, na região Norte do Brasil, ao longo de 06 anos de investigação realizada pelo Grupo Interação/UFAM. Os resultados obtidos com o estudo permitem inferir que as práticas laborais nas comunidades tradicionais, pautadas pelos valores e saberes tradicionais, são baseadas na gestão coletiva e na conservação dos recursos dos ecossistemas locais. Assim, foi possível identificar e caracterizar um conjunto diversificado de trabalho individuais e coletivizados baseada na sustentabilidade social, cultural, ambiental, política e territorial.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Trabalho, Saberes Tradicionais.

1. Introdução

Ao considerar o cenário contemporâneo, é coerente afirmar que o acentuado grau de aprofundamento e de complexidade dos problemas que permeiam os modelos de desenvolvimento em vigor, em suas diversas expressões denotam as contradições e limites internos à sociedade capitalista. Os processos de degradação ambiental, desintegração cultural e social resultam do intensivo processo de desenvolvimento da sociedade urbana-industrial, agravado pela globalização da economia e o perfil neoliberal assumido pelo Estado, que configuram, sob todos os pontos de vista, um ônus de insustentabilidade, cravando na cena contemporânea o signo de uma crise civilizatória.

Mediante este panorama, no plano da sociedade moderna um dos maiores desafios, que nos confronta de modo urgente, é trilhar uma caminhada efetiva em direção à construção de novas práticas sustentáveis e, nesta empreitada reconhecer e orientar-se pela valorização e conservação das sociedades, ditas tradicionais, que adotam modelos de relacionamento homem-natureza, em níveis menos conflituosos e mais harmoniosos.

A Amazônia tornou-se *locus* de grandes projetos que visam ampliar seus lucros com



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

os recursos da biodiversidade, sem a preocupação em compatibilizar os objetivos da conservação com o atendimento às necessidades das populações locais, promovendo assim, um desenvolvimento com sustentabilidade.

Na Amazônia, os povos nativos embora com bases culturais similares, dividem-se em duas categorias principais; povos originários que abrange as diferentes etnias indígenas, na região vivem 215 diferentes etnias (358 mil pessoas) que representa 55,9% dos povos indígenas do Brasil; povos tradicionais que alcança diversificados grupos sociais, dentre os mais conhecidos estão ribeirinhos, varjeiros, pescadores que somam mais de 300 mil comunidades, quilombolas (400 comunidades remanescentes), varjeiros, extrativistas (seringueiros, castanheiros, andirobeiras, piaçaveiros, quebradeiras de côco). No estudo, as categorias participantes foram: ribeirinhos, pescadores, extrativistas (açázeiros, andirobeiras) e varjeiros.

Este estudo resulta de um extenso e denso trabalho de pesquisa interdisciplinar que foi realizada junto a 50 comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, varjeiros e extrativistas), em 10 municípios do Estado do Amazonas na região Norte do Brasil, ao longo de 06 anos de investigação liderada pela equipe do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

2. Fundamentação teórica

• Sustentabilidade e suas múltiplas dimensões

Em seus estudos sobre desenvolvimento sustentável, Godard (1997) assinala a existência de três principais matrizes de análise. A primeira corrente de pensamento que liderou os debates, teve início nos primeiros anos da década de 70, sob a direção do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, constituindo-se o que ficou conhecida como “estratégias de ecodesenvolvimento” (SACHS, 1974, 1980, 1993). Godard (1997, p.111) indica que esta foi concebida como uma nova abordagem do desenvolvimento, onde as estratégias pensadas tiveram suas bases fundadas no:

[...] atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos.

O ecodesenvolvimento faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento excludente dos países do Norte, outrossim centraliza sua abordagem nas necessidades das populações, suas atividades produtivas, cujo modelo difere da economia de mercado, com atividades marcadas pela participação direta dos produtores, em caráter familiar, de subsistência e/ou informal. Esta forma de abordagem, crítica e pragmática, proposta como forma de desenvolvimento no pós-guerra, cuja concretização efetuou-se em projetos experimentais ou demonstrativos, com apoio



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

de organizações populares locais, regionais, internacionais ou de agências públicas, de militantes ou independentes. (CHAVES & RODRIGUES, 2008)

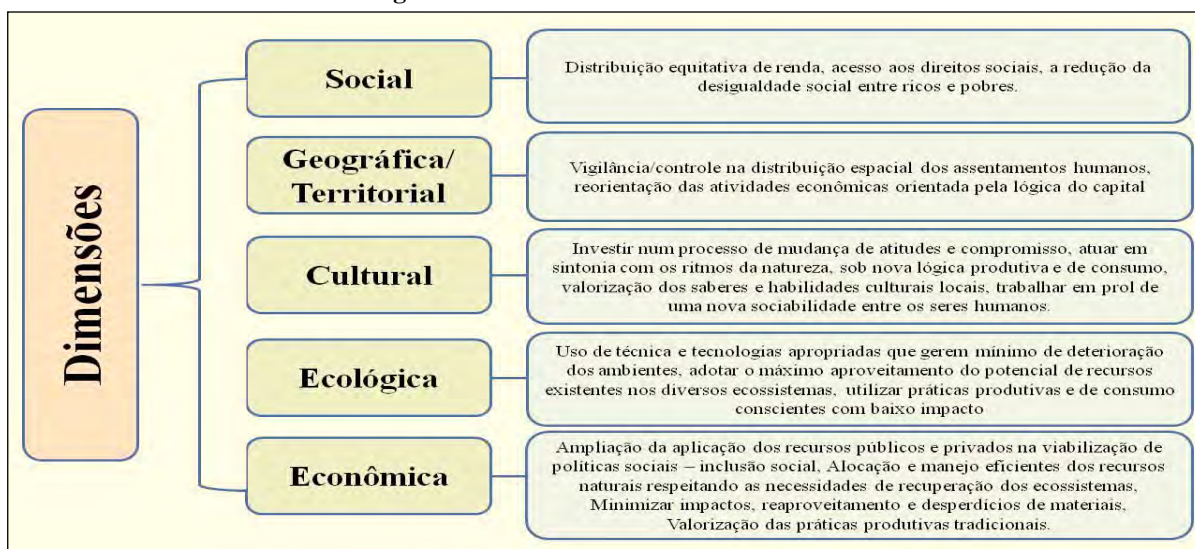
Esta vertente defende a necessidade de mudanças políticas nacionais e uma reestruturação das relações econômicas Norte-Sul. Numa clara reivindicação de alteração na postura, nos modos de produção e no padrão de consumo e desenvolvimento dos países industriais, sendo esta considerada condição imprescindível para uma harmonização dos direitos ao desenvolvimento e de preservação do meio ambiente do planeta. A proposta de ecodesenvolvimento não agradou a muitos setores da economia e da política e foi relegada às esferas marginais, tendo sido revisitada apenas no limiar dos anos 2000, por movimentos sociais nos países do Sul. (CHAVES, 2008)

As dimensões da sustentabilidade tratam diretamente da forma como a sustentabilidade aparece nas mais diversas relações humanas. De acordo com Azevedo (2013), cada dimensão possui uma compreensão específica e está relacionada com um viés particular da sociedade. Seu significado tem variado ao longo do tempo, em sintonia com os determinantes social, econômico e político que compõem a atualidade. As dimensões da sustentabilidade estão articuladas entre si. Cada uma possui sua especificidade, porém caminham juntas com o intuito de contribuir para melhores condições de vida em relação direta com as políticas públicas.

Em concordância com a premissa apresentada, os princípios da sustentabilidade, vinculados às diversas ações, comportamentos e espaços da vida humana, permitem afirmar a existência de dimensões de sustentabilidade que não se resumem simplesmente a um fator de medida, quantificável, mas sobretudo de compreensão sobre a vida e as condições de resistência e superação dos processos sociais, qualidade de vida e ambiente.

Em seus estudos iniciais, Sachs (1986) destacou cinco pilares da sustentabilidade que podem contribuir para as condições de desenvolvimento, que são: sustentabilidade social, geográfica/territorial, cultural, ecológica e econômica, ver Figura 01.

Figura 03: Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Sachs (1986).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Na continuidade de seus estudos, Sachs (2009) acrescentou mais três dimensões: a sustentabilidade ambiental, que trata do respeito em realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; a sustentabilidade política (nacional), que trata da capacidade do Estado para implementar um projeto nacional, em um nível razoável de coesão social, pautado na democracia como apropriação universal dos direitos humanos; e a sustentabilidade política (internacional), pautada na prevenção de guerras, garantia da paz, pacto Norte-Sul de ecodesenvolvimento baseado no princípio da igualdade, proteção ao meio ambiente e na cooperação internacional. Estas dimensões tratam da forma como a sustentabilidade apresenta-se nas mais diversas relações homem-sociedade-natureza.

Para o referido autor, uma real tentativa de alcance do ecodesenvolvimento, envolve diretamente todas as dimensões mencionadas e estas devem ser privilegiadas simultaneamente, bem como suas variáveis. Tendo em vista o fato de que justamente o não respeito a essa simultaneidade de valores tem comprometido historicamente os projetos e políticas que têm como objetivo promover o desenvolvimento. (SOARES, 2014)

A sustentabilidade social está diretamente relacionada ao papel das políticas públicas, considerando o direito à qualidade de vida, não podem prescindir de considerar as particularidades histórico-culturais da sociedade. Jatobá *et.al* (2009 *apud* Azevedo, 2013) enfatiza que a questão social está estreitamente vinculada à discussão da sustentabilidade social que é um elemento fundamental com repercussão, após década de 80, quando se percebe a necessidade de considerar a inclusão social nas suas diversas escalas. As críticas às contradições prevaletentes na proposta de desenvolvimento sustentável são elementos que vão contribuir para o debate da questão social neste processo.

Nesta perspectiva, defende-se maior equidade na distribuição da renda, de tal forma que possam ocorrer avanços em termos de direitos das populações e, conseqüentemente, haja a ampliação da igualdade social, bem como a criação de condições que garantam qualidade de vida e igualdade a instituição de direitos sociais com acesso aos recursos, bens e serviços sociais (aposentadoria, assistência social, médica e odontológica e outras),.

Para Sachs (1993), é preciso melhorar substancialmente o acesso aos direitos sociais, melhorar as condições de vida dos indivíduos e reduzir a distância entre padrões de vida entre ricos e pobres. A dimensão social defende que sejam garantidos pelo poder público os direitos sociais fundamentais, que requerem os correspondentes programas relacionados à universalização dos bens e serviços, pela distribuição dos benefícios sociais de forma equitativa a partir das políticas públicas. Embora se reconheça que a relação de igualdade, equidade e acessos aos serviços sociais, trata-se de uma questão complexa na conjuntura atual.

Silva (2000) considera a dimensão social como um elemento predominante para fins de viabilização de uma maior equidade de riquezas e oportunidades, combatendo as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza.

Importante destacar que é no âmbito desta dimensão que as políticas públicas, devem estar voltadas para a execução dos direitos sociais, nesta ótica de abordagem o ser humano e a natureza precisam também ser priorizados e respeitados. Segundo Satterthwaite (2004 *apud* Silva *et.al* 2012), a implementação dos direcionamentos erigidos no conceito de sustentabilidade social poderá vir a dar sustentação às sociedades atuais e suas estruturas



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

sociais. Neste sentido, verifica-se que por meio da dimensão social da sustentabilidade, é necessário criar novas regras que regulem os processos sociais para que seja alcançada uma sociedade mais justa e igualitária.

A sustentabilidade cultural surge associada ao respeito às diferentes culturas, passando pelas relações entre cultura e desenvolvimento. Originalmente na primeira metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos da natureza (BAUMAN, 1925 n *apud* MEDEIROS 2012). Para Santos (2006), a *cultura* é uma preocupação com os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.

Para Chauí (1999), a construção da ideia de natureza pode ser visualizada enquanto objeto cultural, ou seja, a partir da perspectiva de cultura de um povo pode-se apreender sua concepção e formas de relação com a natureza. Nesta perspectiva cultura e natureza se entrelaçam. A natureza de algo é o conjunto de qualidades, propriedades e atributos que a definem, é seu caráter e sua índole. Neste sentido, a cultura está ligada à natureza, no que concerne aos modos, à forma de realizar as atividades, os costumes. Pode-se afirmar que cultura é tudo aquilo que não é natureza. Por sua vez, toda ação humana na natureza e com a natureza é cultura e tudo que é produzido pelo ser humano é cultura. (VANNUCHI, 1999). Para Santos (2006) cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social: a cultura é um produto coletivo da vida humana.

A dimensão cultural para Sachs (1993) compõe e se caracteriza através da tradução do conceito de *ecodesenvolvimento* a partir de soluções particulares que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada distinta cultura, de cada local. Assim, a dimensão cultural propõe investir num processo de mudança de atitudes e compromisso, atuar em sintonia com os ritmos da natureza, sob nova lógica produtiva e de consumo, valorização dos saberes e habilidades culturais locais e trabalhar em prol de uma nova sociabilidade entre os seres humanos. Segundo o autor, a sustentabilidade cultural deve ser abordada, também, na perspectiva das relações entre cultura e desenvolvimento. A partir de 1987, a UNESCO, já expressava os pressupostos básicos para se repensar as relações entre cultura e desenvolvimento humano.

Neste contexto, a cultura passou a ser entendida como condição e contexto social do desenvolvimento, em contraste com a visão de cultura como um simples meio para o desenvolvimento ou como obstáculo para o crescimento econômico. Igualmente, cabe destacar que a dimensão cultural da sustentabilidade compreende as raízes humanas endógenas, as particularidades e modo de vida. Neste sentido, não é possível propor uma mudança social sem que sejam consideradas as realidades culturais.

No que se refere às políticas públicas, estas precisam considerar a questão cultural para que possam ser implementadas de forma ampliada, cogitando a multiplicidade dos agentes sociais, incluindo o modo de vida, valores e normas de vida das populações locais. A cultura tornou-se um componente da qualidade de vida e o cenário fundamental onde o próprio desenvolvimento acontece. (UNESCO, 2006). A cultura a partir das ações da UNESCO passou a ser reconhecida como um fator essencial ao equilíbrio das desigualdades sociais e econômicas.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

A sustentabilidade territorial, apesar de ser um conceito central da geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com seu enfoque em determinada perspectiva. Conforme pode ser verificado na Figura 02 intitulada: Conceitos de território.

Figura 02: Conceitos de Território



Fonte: Adaptado de Haesbaert (2006 *apud* SANTOS e RIGOTTO 2011)

Em comunidades tradicionais, os territórios são utilizados como espaço de sociabilidades cotidianas do grupo social que o habita, não reduzido aos limites administrativos. Para Santos (1988), território é um espaço social, real e objetivo, atravessado por valores e significados culturais da subjetividade, não tendo limites definidos, por caracterizar-se por sua dimensão simbólica, não identificada com critérios territoriais administrativos. Segundo Castro (1998), o território é o espaço pelo qual certos grupos garantem aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo. Todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais grupos humanos agem sobre território.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Neste contexto, território é o lugar da dinâmica de construção e funcionamento das redes de apoio social da comunidade. As condições de moradia e de ocupação dos territórios nas mais diversas configurações socioambientais são produtos das relações entre desenvolvimento econômico e social dos quais derivam os demais indicadores de qualidade de vida de uma população.

Posto isto, Sachs (1993, p.26) destaca que a dimensão territorial da sustentabilidade é norteada “por uma configuração rural-urbana mais equilibrada com uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e também de atividades econômicas”. O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo permite refazer dimensões específicas de ser e existir. O território é fundamental à reprodução da existência e a manutenção da identidade de um povo. (CASTRO, 1998)

Sachs (1986) destaca que é de suma importância que sejam propostas formas de crescimento que contribuam qualitativamente para as condições de vida das populações, com ênfase no cotidiano dos indivíduos, principalmente os que são atendidos apenas parcialmente pela aplicabilidade das políticas públicas.

Para Koga (2006 *apud* Azevedo, 2013) é no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os cidadãos, as condições de vida dos moradores de uma mesma cidade e/ou comunidade mostram-se diferenciadas através da presença/ausência dos serviços públicos, podendo também a qualidade desses serviços se apresentarem de modo desigual.

O território nas comunidades é socialmente moldado e configurado gerando determinações que incidem nas condições sanitárias da população que o habita, sendo a saúde dialeticamente ligada a este espaço social. Saúde depende tanto do micro território quanto do macro ambiente natural e societário, pois ambos configuram os determinantes sociais da reprodução da vida. Portanto, o grande desafio é a construção de um modelo de atenção que integre cuidados primários e conhecimento das necessidades em saúde do território.

Diante do conjunto das reflexões expostas, é possível associar a sustentabilidade de uma sociedade, sob os parâmetros do ecodesenvolvimento, como medida da capacidade de inclusão de todos, da garantia dos meios de vida e acesso a bens e serviços sociais.

3. Metodologia

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados para execução do projeto compõem um conjunto de técnicas e instrumentos para coleta de dados, com destaque para: as técnicas de abordagem individual e as técnicas de abordagem grupal. As Técnicas de Abordagem Individual incluem a aplicação de um Formulário, com questões abertas e fechadas sobre o tema da pesquisa, e de Entrevistas Semi-estruturadas, realização de Visitas Domiciliares e as Conversas Semi-informais com os comunitários. As Técnicas de Abordagem Grupal, além de servirem para proceder à coleta de informações, também serviram para desencadear a colaboração, participação e engajamento dos comunitários no fornecimento de informações qualificadas sobre suas práticas laborais.

Os dados foram predominantemente de natureza qualitativa, mas também foram usados dados de ordem quantitativa, no entendimento de que “o conjunto de dados quantitativos



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, porque a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p.16). A associação entre dados de natureza diferenciada favoreceu, sobremaneira, o tratamento dos dados de modo complementar, permitindo a composição da abordagem analítica.

Os dados qualitativos da pesquisa foram tratados pela análise de conteúdo, baseada nos estudos de Laurence Bardin (1977) que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que oferecem um leque de alternativas, sejam elas qualitativas ou quantitativas e aplicáveis a diversos campos. Consonante a essa modalidade de abordagem, a apreensão da realidade – especificamente da região amazônica – enquadra-se no processo dinâmico e contraditório do capitalismo globalizado. Sendo a região percebida como um espaço de “(...) intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distâncias e vice-versa” (GIDDENS, 1991, 69).

O *locus* de estudo abrangeu 50 comunidades tradicionais em 10 municípios do Estado do Amazonas, na região Norte do Brasil. Os participantes como informantes da pesquisa foram selecionados entre ribeirinhos, varjeiros, extrativistas e pescadores, cujo universo na região totaliza em torno de 2,5 milhões de pequenos produtores e povos tradicionais. Este segmento social ocupa menor extensão de terra que os grandes empreendimentos, todavia, produzem em torno de 70% da produção agrícola que abastece o mercado regional.

4. Resultados

• *Amazônia, gigante pela própria natureza*

Para vislumbrar melhor o colossal potencial da região Amazônica, torna-se imperativo expor alguns de seus traços, em sua extensão de 7,5 milhões quilômetros quadrados de vastidão, a floresta amazônica possui 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, compondo o maior ecossistema tropical do mundo. Em relação à sua extensão territorial, a Amazônia corresponde a 1/20 da superfície da terra, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil que corresponde a 4,8 milhões (65%) de sua extensão. No Brasil, o bioma amazônico ocupa 49,29% do território e abrange três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a Região Norte abrange 3,87 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 80% de toda a extensão da floresta).

O relevo da região inclui os maciços montanhosos das Guianas, do Brasil e dos Andes e os vales de seus rios. O rio Amazonas/Solimões é maior rio em extensão e em volume de água do mundo, cuja floresta que cobre sua bacia constitui quase a metade das florestas equatoriais da Terra, em sua hidrografia contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, em rios de águas negras, brancas e cristalinas; lagos de diversas origens e características e as águas do Atlântico que banham sua costa formando praias ou áreas de mangue com riqueza biológica inigualável. Sua diversidade climática varia das zonas tropicais até as temperadas, frias e frígidas, com influência sobre solos, flora, fauna e atividades humanas. A diversidade biológica dos ecossistemas e espécies da Amazônia é a mais variada, complexa e rica do planeta (30% de fauna e flora do mundo).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

A densidade demográfica da Amazônia é de somente 3,5 milésimos da população mundial (BECKER, 1990:9 apud CHAVES, 2013). Embora possua uma baixa densidade populacional a diversidade cultural é uma das maiores do mundo. Com mais de 20 mil anos de ocupação humana, a população dos nove Estados da Amazônia é de 26,9 milhões, com média de crescimento de 3,1% ano (IBGE, 2013). Estas formam um mosaico heterogêneo de povos indígenas (mais de 100 etnias vivem na região) e migrantes antigos de origem européia, asiática, africana e americana, o cruzamento desses povos continua a produzir uma ampla diversidade social.

Embora enfrente muitas ofensivas sobre seus recursos naturais, o Estado do Amazonas é o que possui não apenas a maior parcela da floresta amazônica, quanto é o estado que está mais bem conservado da depredação em relação aos demais que compõem a Amazônia, detém 98% de sua cobertura florestal preservada. A Amazônia por sua sociobiodiversidade, embora seja um impávido colosso de riquezas, em seu âmago prevalecem inúmeros dilemas e desafios, oriundos do processo histórico de ocupação. Ao longo da história, as marcas indelévels da colonização foram sendo agravadas pela força das políticas de integração. Estas impuseram à região uma modernidade devassadora, que afeta o cerne das formas de organização socioculturais tradicionais. E, por fim, vive-se uma globalização que desintegra as culturas e aprofunda a pauperização de extensos segmentos locais.

Este trabalho concebe a Amazônia em sua diversidade, seja em relação à natureza, seja em relação aos processos sociais, políticos e econômicos. A Amazônia abriga uma diversidade de povos tradicionais, cuja formação étnica ocorreram historicamente constituídas a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região e que geraram alterações drásticas às relações homem-natureza, por incidirem sobre os liames da cultura dos povos da Amazônia.

Os povos tradicionais, em suas diferentes identidades socioculturais (ribeirinhos, extrativistas, varjeiros, quilombolas, extrativistas, entre outros menos conhecidos) compõem uma diversidade articulada numa rede complexa de organizações, cujas alianças extrapolam o plano local e ganham visibilidade regional e internacional. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias: fruto do processo de colonização sob a força da ocupação que sobreveio à região. A heterogeneidade dos povos da Amazônia reflete, também, a diversidade de sua relação com a natureza (MORÁN, 1990 apud CHAVES, 2001), pois numa complexa trama política e social a relação homem-natureza resulta da dinâmica das relações sociais dos homens entre si.

As comunidades constituem ordenamentos territoriais nos quais se efetivam interações sociais, culturais e políticas com características próprias e diferenciadas em cada contexto comunitário, variando de uma etnia para outra em termos de relações sociais, pois cada grupo apresenta uma modalidade de gestão e de organização social que se desenvolvem de acordo com o seu processo sociohistórico e suas inter-relações com o meio externo (CHAVES, 2001;2013).

Vale ressaltar que tal modelo de desenvolvimento atende historicamente aos interesses do capital, ocasionando diversas expressões da questão social, que podem ser observadas nesse contexto específico a partir da “expropriação territorial, da apropriação privada das terras pelo capital, dos conflitos pela posse da terra, do êxodo rural, das condições precárias ou inexistentes



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

de acesso a bens e serviços sociais, da agudização da pobreza e da miséria em contraste com a abundância dos recursos naturais (minerais, hídricos, da floresta e da biodiversidade)” (BARBOSA, In: SCHERER, 2009). E, diante dessa dura realidade, a que estão sujeitas, as populações amazônicas organizam-se por meio dos movimentos sociais em prol de seus direitos de cidadania.

Loureiro (2009) pontua um conjunto de obstáculos que dificultam a mudança do modelo de desenvolvimento em voga, tais como: o sistema mundial impede a reprodução do modelo hegemônico na periferia, pois nossas elites sujeitam-se ao grande capital sob uma condição periférica e de subserviência, já que suas ações se voltam para o pagamento da dívida externa, na verdade, cobrem seus juros e amortizações, tornando-os assim, sempre dependentes dos países centrais. Outras dificuldades apontadas por Loureiro (2009) são de natureza interna, as nossas elites historicamente aliam-se aos interesses do capital em prol de seus próprios interesses. Percebe-se que na formação social, econômica e política brasileira, historicamente prevalecem o princípio do privilégio, do favor, do nepotismo e não igualdade como deveria o ser, desse modo, prevalecem o interesse de poucos e não da maioria da população.

Assim, estabeleceu-se uma aliança entre o poder político e econômico que se percebe ao longo da história da formação social brasileira e, em particular, na Amazônia. Além disso, há “uma interpenetração profunda da esfera econômica e política na ordem institucional do Estado, o que garante a sobrevivência das relações e a complementariedade entre ambos” (LOUREIRO, 2009, p. 174).

Outrossim, são notórias formas de resistência, sejam em movimentos sociais organizados ou em manifestações localizadas e de menor repercussão, que atuam em conjunto pressionando o Estado na defesa e ampliação de direitos de cidadania, em busca de uma ordem societária mais justa e igualitária, atendendo os interesses das minorias sociais, assim como, os grupos desfavorecidos em geral. Assim, segundo a autora acima citada, os movimentos sociais são “manifestações sociais organizadas e movidas por uma força política capaz de resultar em mudança do status quo” (LOUREIRO, 2009. p.194).

Percebe-se assim, nos movimentos sociais, uma lógica de organização, atuando em favor das pautas das classes menos favorecidas, sendo, desse modo, “forças que não apenas lutam contra o modelo hegemônico, como são formas de realização de utopias dos grupos que nelas se envolvem” (LOUREIRO, 2009, p. 194). Percebe-se na contemporaneidade o intuito de desmobilizar, de deslegitimar, de criminalizar os movimentos sociais, o que privilegia os interesses do capital, permitindo o retrocesso de direitos de cidadania, conquista da classe trabalhadora.

Assim, para Almeida (1994, p. 522), desde meados dos anos 80 do século XX, esses movimentos sociais “compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais a sua identidade, e, inclusive, para alguns deles, a sua afirmação étnica”. Neste processo se evidenciam fatores étnicos, religiosos, ambientais, de gênero, dinâmicas sociais que aludem à autoconsciência cultural.

O novo século foi inaugurado sob a manutenção dos velhos desafios e dilemas que crescem de modo avassalador com a eleição do governo Bolsonaro (2019-2022). Os movimentos sociais rurais amazônicos formam frentes de enfrentamento ao ditames do Estado,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

com mobilizações em favor dos seus direitos de cidadania encaminham suas reivindicações, tendo em vistas que as políticas públicas de corte elitista e neoliberal, que apoiam as ações de destruição dos ecossistemas editam ações que patrocinam a expropriação de seus territórios tradicionais, reduzem os recursos e limitam o atendimento às demandas sociais, colocando em xeque a reprodução social, o direito à terra, à caça, à pesca, à agricultura.

Urge a necessidade de superação da subalternidade, através da organização da população em prol de melhores condições de vidas pela valorização das práticas de sustentabilidade do apoio de pesquisa e assistência técnica. Para isso, torna-se imprescindível a implementação de políticas sociais que assegurem os direitos de cidadania pertencentes aos mesmos, para isto, é preciso articular as estratégias de enfrentamento da exclusão social na região, com medidas que contemplem demandas de caráter estrutural, além de conjunturais e emergenciais, considerando assim, as reais necessidades da população da que habita a Amazônia, tendo em vista suas especificidades.

Para Teixeira (2009, p.32), o desafio para geração de igualdade e justiça social, consolidada na apropriação da riqueza e em sua redistribuição:

(...) exige a superação da subalternidade em que a região está submetida às relações econômicas e políticas nacionais e internacionais, exige a superação do latifúndio, a garantia das terras indígenas, do território coletivo dos povos da floresta, exige que seja sustada a devastação do meio ambiente, a poluição de nossos piscosos rios e o desaparecimento de nossa biodiversidade. A Amazônia tem uma vocação para a abundância, a escassez foi introduzida pelo capital (...).

Na relação homem-natureza não são somente os aspectos objetivos que operam o processo técnico de trabalho tendo a natureza como sujeito-objeto, mas, também, as elaborações subjetivas, as representações ideais, simbólicas que em conjunto definem tal relação. Os elementos imaginários e simbólicos de produção e reprodução da realidade social são explícitos nessa relação. Godelier (1985, p. 6) explicita que:

(...) um processo de trabalho comporta muitas vezes atos simbólicos pelos quais se age não sobre a natureza visível, como o fazemos com os utensílios, mas sobre poderes invisíveis que controlam a reprodução da natureza e são tidos, como podendo conceder ou negar ao homem o que ele espera (...) Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades ideais, cuja a origem e o pensamento que interpreta a ordem escondida do mundo e organiza a ação sobre as potência que o controlam.

O trabalho desenvolvido pelo Grupo Inter-Ação, junto às comunidades tradicionais busca potencializar a capacidade organizativa de que são portadoras. Para tanto, prioriza-se o diálogo entre a equipe de trabalho e a comunidade para tomar como referência nos estudos realizados e efetuar um trabalho de elaboração coletiva e participativa de tecnologias sociais de caráter organizacional, tais como: organização sociopolítica e gestão comunitária.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

• Práticas de Sustentabilidade

As modalidades de práticas produtivas podem ser divididas em duas modalidades distintas: as coletivas que abrangem o *Mutirão*, *Puxirum* e *Ajuri*. O *Mutirão*, caracteriza-se trabalho coletivo em prol da comunidade que se qualifica como serviço para coletividade, trabalho compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade. Praticado em áreas de vivência, para montagem, manutenção, reforma ou melhoria dos equipamentos comunitários (escolas, centros comunitários). O *Puxirum* diferencia-se pela troca de serviços entre grupos domésticos familiares, no qual todos se juntam para beneficiar um grupo doméstico, que em momento posterior presta serviço equivalente àqueles que o ajudaram. O *Ajuri* abrange formas de trabalho coletivo visando a repartição dos resultados para contemplar as necessidades dos grupos domésticos - a divisão é feita de acordo com as necessidades de cada grupo (CHAVES, 2008; 2013).

A partir do estudo da realidade das comunidades ribeirinhas, nas áreas de várzea, às margens dos rios e seus tributários que acolhem agrupamentos humanos formados por ribeirinhos, pescadores, varzeiros e extrativistas, tornou-se possível identificar um conjunto de ações laborais que se enquadram nos parâmetros de sustentabilidade propostos por Sachs (1986; 2009). No âmbito do mundo do trabalho orientado por parâmetros tradicionais foram identificados e organizados numa relação em consonância com os pilares de sustentabilidade, que seguem expostas:

- A Sustentabilidade Social que se expressam pela valorização do fator humano; a vivência coletiva de profunda interação entre os comunitários; nas práticas de ajuda, trocas mútuas e o rico intercâmbio entre os grupos doméstico familiar na comunidade local e com outras comunidades nas adjacências; numa intensa relação de interdependência social.
- A Sustentabilidade Cultural que desenvolvem a partir de uma pluralidade de práticas laborais organizadas de acordo com a sazonalidade dos ciclos das águas e da reprodução das espécies; a defesa da identidade e dos valores (reais e simbólicos) de seu grupo; a socialização e difusão das práticas, normas e valores tradicionais transmitidos de geração a geração, pela tradição da oralidade; as práticas de rituais, usos e costumes ordenados pela relação igualitária entre si e com a natureza; criação de artefatos, remédios, construção de moradias marcadas pelo traço da cultura local.
- Sustentabilidade Ecológica demonstrada pela preocupação em reduzir a produção de resíduos e evitar desperdícios; o uso de materiais naturais e reduzido uso de produtos que sejam poluentes das águas e das diferentes formas de vida; a capacidade adaptativa ao meio ambiente; o domínio de técnicas de baixo impacto ambiental; cultivo de habilidades e destreza na atividades de manejo dos recursos da biodiversidade (pesca, coleta, artesanias); desenvolvimento de variadas práticas de aproveitamento, reuso e reciclagem de materiais.
- Sustentabilidade Geográfica envolvem ações que que respeitam a capacidade de suporte dos ambientes; diversificados cuidados com as necessidades de conservação, preservação e recuperação dos ambientes; o compartilhamento coletivo dos ambientes e no uso dos territórios; ativa gestão comunitária e participativa dos ambientes e dos recursos comunitários; o uso disciplinado dos espaços de acordo com os determinantes dos ciclos



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

da natureza, o ciclo das água (seca, enchente, cheia e vazante) e os ciclos de reprodução das espécies (piracema).

- Sustentabilidade Política refere-se às articulações com os movimentos sociais externos; a capacidade organizativa interna; o exercício contínuo de práticas democráticas, solidárias e de ajuda mútua disseminadas; a participação ativa de todos na vida política da comunidade e na gestão dos recursos locais.
- Sustentabilidade Econômica abrange um baixo grau de dependência do mercado; investimento na capacitação das novas gerações para o mundo do trabalho; a organização do grupo doméstico familiar para atuar como unidade produtiva; as prática de aviamento atualizadas (trocas não monetárias) na comercialização dos produtos locais; a destinação da maior parcela da produção para consumo familiar e comercialização do excedente; a coletivização do trabalho na implementação do *Mutirão*, *Ajuri* e *Puxirum* – troca de serviços, sem trabalho assalariado; a valorização de suas entidades como associações, cooperativas e grupos de produção.

No que concerne à Amazônia, a constituição da condição de cidadania dos seus povos envolve uma extensa pauta, desde a manutenção da soberania, a conservação dos recursos de flora e fauna, o desenvolvimento de alternativas econômicas viáveis e rentáveis para a superação das desigualdades sociais na região, o uso sustentável da biodiversidade local, o reconhecimento formas de organização socioculturais tradicionais, enquanto atribuição de direitos, e a proposição de políticas públicas com ações afirmativas de cidadania adequadas ao que representa a região e aos seus povos. Em sua totalidade, as condições relacionadas, apontam para instituição de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade no qual por seu importante papel fomenta condição de protagonismo aos amazônidas.

As práticas pautada pelos valores tradicionais encontram coerência nos pilares de sustentabilidade delineados por Sachs (1986), pois envolvem: a solidariedade sincrônica, com a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos no presente; a solidariedade diacrônica, pela responsabilidade com as gerações futuras; programas de desenvolvimento com participação popular; a conservação/preservação dos recursos naturais; a construção de um sistema social com garantia de emprego, segurança e social e respeito a outras culturas; programas educativos.

5. Conclusões

A persistência no estabelecimento de modelos hegemônicos de desenvolvimento importados, que não condizem com as formas de organização sociocultural dos povos amazônidas e a não valorização das práticas tradicionais de manejo dos recursos locais impactam negativamente o saber-fazer tradicional voltado para a sustentabilidade pela conservação dos ecossistemas do Bioma Amazônico.

Entende-se que em sua empreitada histórica, a Amazônia segue ao longo da história como foco de interpretações e interesses diversos, políticas variadas, e não raro contrapostas aos interesses e necessidades de sua gente e às peculiaridades das culturas locais. Assim, seja em sua realidade, seja nas representações que dela fazem os múltiplos olhares, a região desafia os diferentes segmentos da sociedade para o debate, em busca de alternativas de desenvolvimento



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

sob novos parâmetros que mudem os destinos de saque e destruição sociocultural e ambiental praticados de forma exacerbada.

O desenvolvimento baseado nos pilares da sustentabilidade deve ter como base os bens e valores qualitativos que os sujeitos defendem ou escolhem adotar, que conduzem ao usufruto de uma melhor qualidade de vida baseada no respeito às particularidades culturais e regionais pela manutenção das identidades socioculturais dos sujeitos e pela divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.

Para empreender uma jornada rumo a inclusão social, sob os parâmetros de sustentabilidade, torna-se imperativo a convocação das diferentes áreas das ciências para assumirem o compromisso de ampliar o escopo de conhecimento sobre a realidade regional. De modo a formar competências dinâmicas, produzir ativos intelectuais, gerar tecnologias e inovações que sirvam como subsídios para a obtenção de políticas coerentes e capazes de responder às necessidades de desenvolvimento da região.

Igualmente, entende-se a premência em relação ao estabelecimento de formas de cooperação inovativas para conhecer a dinâmica dos diferentes ecossistemas, em que a interdisciplinaridade seja adotada na produção de conhecimento e de tecnologia. Assim, na perspectiva de atuar com coerência e compromisso deve-se partir da base de conhecimentos da conjuntura presente para produzir propostas coerentes com as necessidades presentes e direcionadas para fortalecer as ações de cidadania numa associação prática com construção do futuro.

6. Agradecimentos

Apresentamos nossos agradecimentos aos pesquisadores do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação), à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pelo apoio institucional, ao CNPq pelo financiamento dos projetos realizados, à FAPEAM e à CAPES que apoiaram com bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que foram fundamentais para a execução exitosa deste projeto. Igualmente, apresentamos nossos agradecimentos afetuosos aos comunitários que junto conosco atuaram durante a realização deste projeto.

7. Referências

AZEVEDO, Patrício. **Concepção sobre a política de Assistência Social e Sustentabilidade no Amazonas:** uma discussão no âmbito da Proteção Social Básica. In: Anais do VI Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINP. São Luís: PPG em Políticas Públicas, 2013.
BECKER, Bertha Koiffmann, *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.* DOSSIÊ POPULAÇÕES, TERRITORIALIDADES E ESTADO NA AMAZÔNIA. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.5 no.1 Belém jan./abr. 2010.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís de Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70 ed. Presses Universitaires de França, 1977.
- CASTRO, Edna. *Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais*. In.: *Faces do Trópico Úmidos – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pítou (orgs).* – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1998.
- CHAVES, Ma. do P. Socorro R. *Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia: experiência da Universidade Federal do Amazonas*. In: *Revista Parcerias Estratégicas, CGEE:Brasília, 2013.*
- CHAVES, Maria do P. Socorro R.; RODRIGUES, Débora C. B. *Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo*. In: *INTERAÇÕES*. v.8, p.99-106.set, 2008.
- CHAVES, Ma. do P. Socorro R. *Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia*. In: *Revista Perspectiva, 2007.*
- CHAVES, Ma. do P. S. R. *Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. Campinas: UNICAMP/CIREDE. Tese de Doutorado, 2001.
- CHAUÍ, M. *Cultura política e política cultural*. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 9, n. 23. jan/abr. p. 71-84. 1999.SANTOS, A. A (difícil) relação entre Estado e sociedade civil. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2006.
- GODARD, Olivier. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental/Paulo F. Vieira e J. Weber (orgs); 3. ed.; SP, Cortez, 2002.*
- NUPEAT–IESA–UFG, v.4, n.2, Jul./Dez., 2014, p. 149-160, Artigo 72.
- NETTO, J.P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*; José Paulo Netto. 1ed.São Paulo 2001.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SACHS, Ignacy. *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Inacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- SANTOS, Milton. *Entrevista com o professor Milton Santos*. *Revista Caros Amigos*. São Paulo, n.17, ago., 1998.
- SANTOS, Alexandre Lima e RIGOTTO, Raquel Maria. **Território e territorialização**: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. *Trabalho, Educação e Saúde [online]*. 2010, v. 8, n. 3 [Acessado 2 Novembro 2021] , pp. 387-406. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300003>>. Epub 31 Maio 2011. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300003>. Junges, José Roque e Barbiani, Rosângela *Interfaces entre território, ambiente e saúde na atenção primária*:



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

uma leitura bioética. *Revista Bioética*. 2013, v. 21, n. 2, pp. 207-217. Disponível em: <>. Epub 17 Out 2013. ISSN 1983-8034.

SILVA, S. R. M. **Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável**. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, A.S. da et al. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. *Revista Geografia em Atos*, SP, v. 1, ed. 12, p. 22-42, janeiro a junho 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/1724/sergiosilva>. Acesso em: 10 fev. 2020

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: Acesso em: 29/05/2020.

VANNUCCHI, A. **Cultura Brasileira: O que é, como se faz**. 1 ed. SP: Ed. Loyola, 1999, p.33.